



SEMENTES CRIOULAS E PRODUÇÃO DE ORGÂNICOS EM ANCHIETA

Edilza Frizon
Outubro de 2020
Anchieta / SC

O município de Anchieta possui 6.380 habitantes, dentre os quais 2.586 são urbanos e 3.794 são rurais, segundo dados do último Censo Agropecuário 2010. Está localizado na região oeste do estado, no bioma Mata Atlântica e a 670 km da capital Florianópolis.

Entre as iniciativas na área agroecológica, uma delas tem destaque e possui, inclusive, legislação: é a Lei 2457/19, que dispõe sobre os incentivos aos sistemas de produção agroecológica e orgânica e a conservação, uso, promoção e distribuição das sementes crioulas pelos agricultores familiares e camponeses do município de Anchieta.

O projeto em questão tem início em 2012, quando um grupo de agricultores que produzia alimentação orgânica começou a discutir sobre a certificação da produção. Eles, então, procuram a Rede Ecovida de Agroecologia e dali em diante seus conhecimentos sobre produção agroecológica e orgânica ampliaram. Esses produtores certificaram suas propriedades e as conversas sempre tinham o viés de como a administração municipal poderia apoiá-los. Começaram a debater sobre a possibilidade de uma lei que assegurasse suas produções e também a comercialização dos alimentos.

Após quatro anos sem o apoio do governo municipal, os agricultores do Grupo Raízes continuaram o processo de produção e de certificação. No ano de 2017 foram certificadas 8 propriedades nas culturas de hortaliças, frutas, grãos e sementes crioulas. Empenharam-se, ademais, para a certificação de leite. A produção passou a fazer parte da merenda escolar (30%), conforme legislação federal.

Reinicia-se, a partir de então, o processo de discussão da criação de uma lei municipal. Foram 2 anos de debates com a Secretaria de Agricultura e com o Conselho Municipal de Agricultura e no ano de 2019 foi criada a lei. Essa foi uma iniciativa conjunta do fórum de

entidades do município e da prefeitura. A lei foi elaborada, estudada e apresentada por este grupo à Câmara Municipal de Vereadores.

Hoje, as entidades que compõem o fórum são: Cooperanchieta, PJMP, Grupo Raízes Ecológicas, Sintraf, MMC, Igreja Católica, Epagri, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CONDER) e Prefeitura Municipal. Também houve apoio de uma técnica oriunda do Núcleo de Estudos em Agrobiodiversidade da UFSC, que, na época, atuava na Cooperanchieta.

A primeira ação após a aprovação da lei foi a de que os agricultores certificados ganhassem um incentivo de 30% a mais do valor em dinheiro (direto em conta), mediante a apresentação de sua certificação na prestação de contas.

Houve ainda outra ação: a secretaria da agricultura adquiriu um triturador de galho para fazer as podas das árvores. O material triturado vai para a composteira do viveiro municipal e se transforma em substrato para o plantio de mudas, distribuídas aos agricultores que precisam ampliar e melhorar suas barreiras de quebra vento. O material também é aproveitado para a produção de hortaliças nas escolas, nos canteiros das ruas da cidade e nas propriedades rurais.

No ano de 2019 foi realizado o XI Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia. Sua realização só foi possível porque a lei determina apoio a eventos que promovam a produção orgânica e agroecológica, inclusive, com recursos do próprio município. Neste mesmo contexto estão as feiras das sementes crioulas e a festa das sementes crioulas.

Ainda em função do apoio da lei, a Cooperanchieta tem conseguido concretizar sua missão, que é a de promover a produção orgânica e dar segurança de alimentos certificados. Em 2017 a cooperativa abre um espaço físico onde faz a comercialização de feira diária e permanente com produção orgânica certificada, atraindo cerca de 75% da população rural e urbana. A execução do projeto iniciou a partir da sua publicação e tem caráter permanente.

Na cooperativa há uma atividade denominada “espaço de troca”, em que os agricultores de sementes produzem, se cercam de todos os cuidados necessários para a preservação dessas sementes e fazem trocas. Pessoas de outros municípios podem participar nas trocas ou adquirir/comprar sementes.

Estavam ocorrendo palestras nas escolas, cursos sobre alimentação orgânica e saudável, além de visitas nas propriedades orgânicas e convencional, com o intuito de mostrar a diferença entre os sistemas produtivos, mas tais atividades foram interrompidas devido à pandemia do novo coronavírus. Participaram alunos de primeiro ao nono ano. Além da alimentação saudável, trabalha-

se com a temática das sementes crioulas como incentivo aos jovens, mostrando de onde vêm os alimentos.

A lei especifica a organização de um acervo público disponível na biblioteca municipal, onde estão trabalhos realizados pelas universidades (há muita pesquisa no município porque ele é a capital do milho crioulo). Nestes materiais contém informações relativas aos agricultores certificados e suas organizações. Hoje o museu encontra-se em funcionamento.

No ano de 2019, através de uma chamada pública, o exército de São Miguel do Oeste passou a receber alimentos orgânicos. No ano de 2020 está sendo entregue semanalmente em torno de 3 a 3,5 toneladas de alimentos orgânicos e em transição.

A execução do orçamento diz respeito à Secretaria Municipal de Agricultura e de outras secretarias envolvidas com tais atividades, por exemplo: a alimentação escolar recebe recursos próprios da Secretaria Municipal de Educação e do PNAE, e assim por diante.

O número de beneficiários é de 8 agricultores certificados, 12 que estão em processo de transição e 4 coprodutores que participam do Grupo Raízes, além da população em geral do município.

A lei está em implantação gradual. Este ano de 2020 a meta é que 20% da alimentação escolar seja orgânica. Por ser um ano eleitoral e pela eclosão da COVID-19, as principais ações previstas tiveram que ser adiadas. Os grupos de agricultores estão se preparando para o plantio previsto numa chamada pública no próximo outono, quando será montado o kit diversidade.

Os usuários da cooperativa sempre se expressam sobre a segurança de estar consumindo alimentos orgânicos. Os quatro restaurantes da cidade que foram parceiros do Encontro Ampliado, hoje ressaltam a diferença entre alimentação orgânica e a convencional, e, sempre que possível, colocam em seus cardápios produtos com alimentos orgânicos.

O conjunto das entidades municipais tem feito o papel de conservar e disseminar as sementes crioulas entre os agricultores. As entidades monitoram a execução e avaliação do emprego da lei, em especial o que for relativo às sementes.



Entrega do projeto de Lei à Câmara de Vereadores pelas entidades locais



Alimentos orgânicos para a merenda escolar



Produção de alimentos orgânicos certificados



Produção de alimentos orgânicos certificados